Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

AS MARCAS DAS PALAVRAS: A ALTERIDADE COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA A DESCONSTRUÇÃO DO TERMO "ÍNDIO" NO ENSINO DE HISTÓRIA, UMA PROPOSTA DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE IDENTIDADE, LINGUAGEM E RESPEITO AOS POVOS INDÍGENAS NO 7°ANO - PIBID

THE MARKS LEFT BY WORDS: OTHERNESS AS A PEDAGOGICAL STRATEGY FOR DECONSTRUCTING THE TERM “INDIO” IN HISTORY EDUCATION: A PROPOSAL FOR RAISING AWARENESS ABOUT INDENTITY, LANGUAGE, AND RESPECT FOR INDIGENOUS PEOPLES IN THE 7TH GRADE – PIBID

Sandra Ferreira da Costa, Jacira Ferreira Ribeiro, Eros Moço Barros da Silva, Jaqueline Maria Silva Ramos, Carolina Rodrigues Lincoln de Carvalho, Raphaela dos Santos Gonçalves, Lilian Tavares de Bairros Ferreira.

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Educação, Curso de Licenciatura em História.
E-mail para contato: sandraferreira.trabalho@gmail.com

RESUMO – Este artigo apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A proposta teve como objetivo problematizar o uso generalizante do termo “índio” e promover discussões sobre identidade, linguagem, alteridade e diversidade dos povos indígenas. O estudo caracteriza-se como relato de experiência de abordagem qualitativa e descritiva. A atividade foi organizada em etapas que envolveram registro anônimo de palavras e expressões ofensivas já vivenciadas pelos estudantes, construção de uma representação visual das marcas produzidas pela linguagem, roda de conversa e exibição do vídeo Índio é uma palavra inventada, do escritor indígena Daniel Munduruku. Posteriormente, foram discutidas relações entre formas de nomeação, generalizações historicamente construídas e o reconhecimento da diversidade dos povos indígenas. Durante a experiência, observaram-se participação dos estudantes, relatos relacionados aos efeitos de palavras ofensivas e manifestações de reconhecimento da existência de diferentes povos e identidades indígenas. Os resultados referem-se às respostas observadas durante uma intervenção pontual e não permitem afirmar mudanças permanentes de atitudes ou concepções. Conclui-se que atividades que articulam experiências cotidianas, problematização histórica e produções de autoria indígena podem favorecer discussões sobre linguagem, diversidade e respeito no ensino de História.

ISSN 2317-1316

Palavras-chave: Povos indígenas; Alteridade; Linguagem; Ensino de História; Diversidade cultural.

ABSTRACT – This paper presents a pedagogical experience developed with seventh-grade elementary school students within the Institutional Teaching Initiation Scholarship Program (PIBID). The proposal aimed to problematize the generalized use of the term "Indian" and promote discussions about identity, language, otherness, and the diversity of Indigenous peoples. The study is characterized as a qualitative and descriptive experience report. The activity was organized into stages involving the anonymous recording of offensive words and expressions previously experienced by students, the construction of a visual representation of the marks produced by language, a group discussion, and the presentation of the video Índio é uma palavra inventada by Indigenous writer Daniel Munduruku. Subsequently, relationships between forms of naming, historically constructed generalizations, and recognition of the diversity of Indigenous peoples were discussed. During the experience, student participation, reports concerning the effects of offensive language, and expressions recognizing the existence of different Indigenous peoples and identities were observed. The results refer to responses observed during a specific intervention and do not allow conclusions about permanent changes in attitudes or conceptions. It is concluded that activities combining everyday experiences, historical problematization, and Indigenous-authored productions can foster discussions about language, diversity, and respect in History education.

Keywords: Indigenous peoples; Otherness; Language; History education; Cultural diversity.

1 INTRODUÇÃO

O ensino da História dos povos indígenas passou por transformações importantes nas últimas décadas, especialmente com o fortalecimento de discussões sobre diversidade, representação e permanência indígena na sociedade brasileira contemporânea. Nesse processo, torna-se necessário superar abordagens que apresentem esses povos exclusivamente como personagens do período colonial ou como grupos homogêneos, reconhecendo a pluralidade de experiências, culturas, línguas e trajetórias históricas existentes no Brasil (Bittencourt, 2018).

A Lei nº 11.645/2008 constitui uma referência importante para essa transformação ao estabelecer a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. A legislação determina que sejam abordadas

ISSN 2317-1316

diferentes dimensões da formação da sociedade brasileira e das contribuições sociais, econômicas, políticas e culturais dos povos indígenas, ampliando as responsabilidades da escola na construção de conhecimentos historicamente mais consistentes sobre esses sujeitos (Brasil, 2008).

Apesar desses avanços, representações generalizantes permanecem presentes na sociedade e podem aparecer também no cotidiano escolar. Entre elas encontra-se a utilização da palavra "índio" como designação indistinta para populações que possuem diferentes nomes, línguas, culturas, histórias e formas de organização. A problematização dessa denominação permite discutir como a linguagem participa da construção de representações sobre os sujeitos históricos (Munduruku, 2022).

A discussão não deve ser reduzida à simples substituição mecânica de uma palavra por outra. O problema pedagógico envolve compreender por que uma única denominação pode ocultar diferenças existentes entre povos como Guarani, Yanomami, Xavante, Munduruku, Pataxó e muitos outros. Nomear os povos de maneira mais específica contribui para reconhecer sua diversidade e evitar uma compreensão homogeneizante das sociedades indígenas (Munduruku, 2022).

Essa mudança de terminologia também aparece no campo institucional brasileiro. Em 2022, a Lei nº 14.402 instituiu oficialmente o dia 19 de abril como Dia dos Povos Indígenas, substituindo a antiga denominação estabelecida em 1943. A alteração oferece uma referência contemporânea para discutir como as próprias formas oficiais de nomeação podem ser revistas diante de mudanças históricas e sociais (Brasil, 2022).

A linguagem, nesse sentido, não funciona apenas como instrumento neutro de comunicação. As palavras participam da construção de classificações, identidades, relações de poder e formas de perceber o outro. Ao estudar encontros culturais e processos coloniais, torna-se possível analisar como determinadas denominações foram construídas historicamente e quais consequências podem produzir na maneira como grupos sociais são representados (Todorov, 2019).

ISSN 2317-1316

A noção de alteridade contribui para essa discussão ao deslocar a atenção para a relação entre o sujeito e aquele que é percebido como diferente. Reconhecer o outro implica compreender que diferenças culturais não devem ser convertidas automaticamente em hierarquias, inferiorizações ou generalizações. No ensino de História, essa perspectiva permite problematizar formas pelas quais determinadas sociedades foram descritas e classificadas ao longo do tempo (Todorov, 1993).

Quando aplicada ao estudo dos povos indígenas, a alteridade também favorece o questionamento de imagens construídas a partir de uma perspectiva exclusivamente não indígena. A presença de produções intelectuais e culturais de autoria indígena amplia as possibilidades de conhecer perspectivas elaboradas pelos próprios sujeitos sobre identidade, território, história e relações com a sociedade brasileira (Krenak, 2020).

A escolha de um vídeo de Daniel Munduruku para a atividade desenvolvida neste trabalho esteve relacionada justamente à possibilidade de incorporar uma voz indígena à discussão. Em vez de apresentar somente uma explicação externa sobre a terminologia, o recurso permitiu que os estudantes entrassem em contato com a argumentação de um escritor indígena acerca da generalização produzida pela palavra “índio” e da diversidade existente entre os povos originários (Munduruku, 2022).

A proposta também partiu da compreensão de que conteúdos históricos podem ser problematizados a partir de experiências próximas aos estudantes. Paulo Freire destaca a importância de considerar os conhecimentos e experiências dos educandos e utilizá-los como elementos para a construção de situações de diálogo e problematização, sem limitar o processo educativo à transmissão unilateral de informações (Freire, 1996).

Nesse sentido, a experiência com palavras ofensivas não teve como finalidade equiparar diretamente situações individuais de conflito à complexidade histórica da colonização. A dinâmica foi utilizada como recurso inicial para discutir como determinadas formas de nomeação podem produzir desconforto, generalização ou desrespeito e, posteriormente, introduzir uma reflexão histórica específica sobre a maneira como os povos indígenas foram nomeados (Freire, 2023).

ISSN 2317-1316

Essa distinção é importante porque processos de colonização, violência e apagamento cultural possuem dimensões históricas próprias que não podem ser reduzidas a experiências interpessoais. A aproximação pedagógica buscou criar uma entrada para o tema a partir do cotidiano dos estudantes, mantendo a necessidade de contextualização histórica durante a discussão posterior (Bittencourt, 2018).

A aprendizagem histórica também envolve desenvolver condições para que os estudantes interpretem experiências humanas no tempo e compreendam que conceitos, identidades e representações são historicamente constituídos. Problematizar uma palavra e acompanhar as transformações de seu uso pode, portanto, integrar uma discussão mais ampla sobre permanências, mudanças e formas de interpretação do passado e do presente (Rüsen, 2015).

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho foi apresentar e analisar uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental, voltada à problematização do uso generalizante do termo “índio” e à discussão sobre identidade, linguagem, alteridade e diversidade dos povos indígenas. Buscou-se observar as manifestações dos estudantes durante a atividade e discutir as possibilidades e os limites dessa estratégia para o ensino de História (Bittencourt, 2018).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo caracteriza-se como relato de experiência de abordagem qualitativa e natureza descritiva, elaborado a partir de uma atividade desenvolvida com estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental durante as ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

A proposta foi organizada em quatro momentos articulados: sensibilização inicial por meio do registro anônimo de palavras ofensivas; construção e observação de uma representação visual; roda de conversa sobre linguagem e seus efeitos; e discussão histórica sobre a utilização da palavra “índio” a partir de material produzido por Daniel Munduruku.

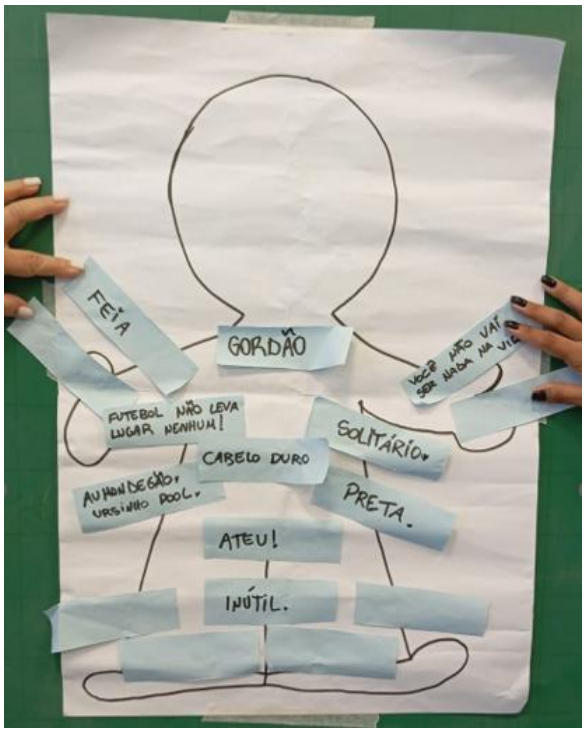
ISSN 2317-1316

Na primeira etapa, os estudantes receberam pequenos papéis nos quais foram convidados a registrar anonimamente palavras, apelidos ou expressões ofensivas que já haviam ouvido e que lhes haviam provocado tristeza, vergonha, desconforto ou constrangimento.

Os registros foram posteriormente fixados sobre a representação de uma pessoa desenhada em um cartaz colocado na lousa. O objetivo do recurso visual foi representar simbolicamente as marcas que determinadas palavras podem produzir sobre aqueles a quem são dirigidas.

Para preservar os participantes e evitar a reprodução de conteúdos ofensivos, as expressões registradas pelos estudantes não são transcritas individualmente neste artigo.

Figura 1. Cartaz utilizado na atividade de sensibilização sobre os efeitos das palavras.



Fonte: Acervo dos autores, 2026.

Após a organização do cartaz, realizou-se uma roda de conversa. Entre as questões utilizadas para orientar a discussão estavam: “Como vocês se sentiram ao ouvir essas palavras?”, “Essas palavras ainda machucam?” e “Vocês já utilizaram palavras semelhantes com outras pessoas?”.

ISSN 2317-1316

Durante esse momento, os estudantes puderam comentar os sentimentos relacionados às situações registradas e refletir sobre a responsabilidade envolvida no uso da linguagem.

Posteriormente, os papéis foram retirados do cartaz. As marcas físicas deixadas pelos adesivos foram utilizadas simbolicamente para discutir a ideia de que determinadas palavras podem produzir efeitos que permanecem na memória mesmo depois de deixarem de ser pronunciadas.

Na etapa seguinte, foi exibido o vídeo Índio é uma palavra inventada, do escritor Daniel Munduruku. O material foi utilizado para introduzir uma discussão histórica sobre a origem e o uso generalizante da denominação "índio", bem como sobre a existência de diferentes povos indígenas no Brasil.

Figura 2. Exibição do vídeo Índio é uma palavra inventada, de Daniel Munduruku, durante a atividade pedagógica.



Fonte: Acervo dos autores, 2026.

Após o vídeo, realizou-se nova discussão mediada. A atividade buscou relacionar a reflexão inicial sobre formas de nomeação à necessidade de reconhecer os povos indígenas em sua diversidade histórica e cultural.

ISSN 2317-1316

A análise apresentada neste relato considerou as manifestações orais dos estudantes, sua participação durante a atividade e as respostas observadas nas discussões realizadas.

Não foram aplicados questionários diagnósticos, escalas de atitudes ou instrumentos anteriores e posteriores à intervenção. Por essa razão, os resultados não são utilizados para afirmar mudanças permanentes de empatia, consciência histórica ou comportamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a primeira etapa, observou-se participação dos estudantes no registro anônimo das palavras e expressões relacionadas a experiências de desconforto. O anonimato favoreceu a realização da proposta sem necessidade de identificação pública dos autores dos relatos, permitindo que a discussão se concentrasse nos efeitos da linguagem e não na exposição individual das experiências apresentadas (Freire, 1996).

Os registros produzidos envolveram situações relacionadas a características físicas, aparência, pertencimentos sociais e culturais, comportamentos e formas de interação entre colegas. Esses conteúdos demonstraram que a linguagem utilizada nas relações escolares pode participar de situações de constrangimento e exclusão, reforçando a pertinência de discutir respeito e responsabilidade nas relações estabelecidas entre os estudantes (Freire, 2023).

Durante a roda de conversa, os estudantes mencionaram sentimentos como tristeza, vergonha e desconforto associados às palavras registradas. Essas manifestações não permitem estabelecer efeitos psicológicos permanentes, mas mostram que os participantes reconheceram determinadas formas de linguagem como experiências negativas em suas relações cotidianas (Freire, 1996).

A retirada dos papéis do cartaz produziu um recurso visual que favoreceu a continuidade da discussão. As marcas físicas deixadas pelos adesivos foram utilizadas como metáfora para conversar sobre a permanência que algumas experiências podem assumir na memória e sobre a responsabilidade envolvida nas formas pelas quais as pessoas são nomeadas ou tratadas (Todorov, 1993).

ISSN 2317-1316

É importante destacar que essa metáfora não pretende estabelecer equivalência entre experiências pessoais de ofensa e os processos históricos de colonização vivenciados pelos povos indígenas. A atividade inicial funcionou como recurso de sensibilização, enquanto a compreensão histórica exigiu posteriormente contextualizar relações de poder, classificações coloniais e diversidade cultural (Bittencourt, 2018).

A apresentação do vídeo de Daniel Munduruku produziu uma mudança no objeto da discussão, deslocando a atividade das experiências pessoais para a problemática da denominação atribuída aos povos indígenas. Os estudantes tiveram contato com a argumentação de um autor indígena que questiona o emprego generalizante da palavra “índio” e enfatiza a diversidade de povos existentes no Brasil (Munduruku, 2022).

Durante a discussão posterior, observaram-se manifestações de surpresa diante da ideia de que uma única denominação pode reunir povos com nomes, línguas, culturas e histórias distintas. Esse momento permitiu retomar a necessidade de utilizar a expressão “povos indígenas” em contextos gerais e, sempre que possível, identificar especificamente o povo ao qual se faz referência (Munduruku, 2022).

A problematização da linguagem também permitiu discutir que as palavras são produzidas e transformadas historicamente. A própria mudança legal ocorrida em 2022, quando o dia 19 de abril passou a ser denominado oficialmente Dia dos Povos Indígenas, oferece um exemplo de revisão contemporânea das formas de representação e nomeação desses sujeitos (Brasil, 2022).

A experiência também evidenciou a relevância de utilizar produções de autoria indígena no ensino de História. O contato com a fala de Daniel Munduruku permitiu que a discussão não dependesse exclusivamente da interpretação dos docentes sobre os povos indígenas, incorporando uma perspectiva elaborada por um sujeito que participa diretamente desse debate identitário e cultural (Krenak, 2020; Munduruku, 2022).

Ao relacionar a atividade à Lei nº 11.645/2008, observa-se que o trabalho com história e cultura indígena pode ultrapassar a apresentação de costumes isolados ou acontecimentos coloniais. A discussão sobre terminologia, identidade e diversidade constitui uma possibilidade

ISSN 2317-1316

de tratar os povos indígenas como sujeitos históricos presentes na sociedade contemporânea (Brasil, 2008).

Do ponto de vista do ensino de História, a proposta possibilitou discutir permanências e transformações nas formas pelas quais os povos indígenas são representados. A compreensão de que determinadas categorias foram construídas historicamente contribui para que os estudantes percebam que a linguagem utilizada para interpretar o passado e o presente também possui historicidade (Rüsen, 2015).

As observações realizadas durante a atividade indicaram participação e manifestações relacionadas ao reconhecimento da diversidade indígena. Entretanto, não é possível afirmar que uma intervenção pontual tenha eliminado estereótipos anteriormente existentes ou produzido mudanças permanentes nas concepções dos estudantes, pois não foram utilizados instrumentos que permitissem verificar essas transformações ao longo do tempo (Bittencourt, 2018).

Da mesma maneira, a experiência não permite concluir que houve desenvolvimento mensurável de empatia ou consciência histórica. O que os registros sustentam é que os estudantes participaram das discussões, relacionaram a problemática das formas de nomeação às situações apresentadas e manifestaram compreensão, naquele momento, de que os povos indígenas não constituem um grupo culturalmente homogêneo (Rüsen, 2015).

Assim, a principal contribuição da proposta encontra-se na criação de uma situação pedagógica capaz de articular experiência cotidiana, linguagem, alteridade e problematização histórica. A aproximação com experiências dos estudantes pode favorecer o início da discussão, desde que seja acompanhada de contextualização suficiente para que fenômenos históricos complexos não sejam reduzidos a analogias individuais (Freire, 1996; Bittencourt, 2018).

4 CONCLUSÃO

A atividade desenvolvida possibilitou abordar a temática indígena por meio de uma discussão sobre linguagem, identidade, alteridade e formas históricas de nomeação.

ISSN 2317-1316

A primeira dinâmica ofereceu aos estudantes uma situação de reflexão sobre palavras e expressões consideradas ofensivas em suas próprias experiências. O anonimato permitiu realizar essa etapa sem exposição direta dos participantes, enquanto o cartaz funcionou como recurso visual para organizar a discussão.

A exibição do vídeo de Daniel Munduruku possibilitou deslocar a atividade para uma discussão específica sobre a utilização generalizante da palavra “índio” e sobre a diversidade existente entre os povos indígenas brasileiros.

Durante as discussões, observaram-se participação, questionamentos e manifestações de reconhecimento de que uma única denominação pode ocultar diferenças étnicas, linguísticas, culturais e históricas.

A experiência também mostrou a importância de distinguir sensibilização e explicação histórica. A analogia com palavras ofensivas pode constituir uma entrada pedagógica para o tema, mas não substitui a contextualização dos processos de colonização, das relações de poder e das diferentes experiências históricas vivenciadas pelos povos indígenas.

Por se tratar de uma intervenção pontual e de um relato de experiência, não é possível afirmar que a atividade tenha produzido mudanças permanentes de atitudes, empatia ou consciência histórica. Para investigar essas dimensões, seriam necessários instrumentos específicos e acompanhamento dos estudantes durante um período mais prolongado.

Ainda assim, a proposta demonstra possibilidades de trabalhar a Lei nº 11.645/2008 por meio de questões contemporâneas relacionadas à representação dos povos indígenas, evitando restringir sua presença no currículo a acontecimentos do período colonial ou a datas comemorativas.

Como continuidade, recomenda-se ampliar a atividade por meio do estudo de diferentes povos indígenas, incorporando textos, vídeos, obras literárias e outros materiais produzidos por autores e comunidades indígenas. Essa ampliação pode contribuir para substituir representações generalizantes pelo conhecimento de sujeitos, povos e experiências históricas específicas.

Conclui-se que problematizar as palavras utilizadas para nomear os povos indígenas pode constituir uma estratégia pertinente para o ensino de História quando a atividade está

ISSN 2317-1316

acompanhada de contextualização, diversidade de fontes e valorização das produções de autoria indígena.

5 AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsas no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), edição 2024-2026.

À Secretaria de Educação (SEDUC) da Prefeitura Municipal de Santos, pela parceria estabelecida com as escolas municipais.

À Universidade Santa Cecília (UNISANTA), pelo apoio ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

6 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta ChatGPT para apoio à organização textual e à sistematização inicial da literatura. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

7 REFERÊNCIAS

Bittencourt CMF. Ensino de História: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Brasil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: Presidência da República, 2008.

Brasil. Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Brasília: Presidência da República, 2022.

Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Freire P. Pedagogia do oprimido. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

ISSN 2317-1316

Krenak A. Ideias para adiar o fim do mundo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Munduruku D. Índio é uma palavra inventada. YouTube, 2022. 1 vídeo (1 min).

Rüsen J. Teoria da história: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

Todorov T. A conquista da América: a questão do outro. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

Todorov T. Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.